

<b>Editorial</b> .....	13
------------------------	----

## **DOCTRINA**

### **Seção de Direito Constitucional, Administrativo e Previdenciário, Processual Civil e Ambiental**

Governança ambiental na nova Lei de Licitações e potencial abertura para a utilização da certificação <b>Irene Patrícia Nohara, Elysabete Acioli Monteiro Diogo</b> .....	17
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

O desafio da integridade na Administração Pública: transparência substantiva, interativa e em perspectiva <b>Maria Clara Mendonça Perim, Valter Shuenquener de Araujo</b> .....	39
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

A possibilidade de ofensa aos direitos da personalidade por meio da concessão de crédito consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil <b>Dirceu Pereira Siqueira, Deomar Adriano Gmach</b> .....	65
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Alocar riscos para não discutir prejuízos: eficiência da matriz de riscos no contrato administrativo <b>Victor V. Carneiro de Albuquerque</b> .....	85
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Abuso de autoridade na instauração de processo administrativo disciplinar: resquícios do patrimonialismo em prejuízo do servidor <b>Marcello de Oliveira Gulim</b> .....	105
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

### **Seção de Direito Tributário**

Do ISSQN em licenciamento de <i>softwares</i> : da problemática acerca do local do recolhimento <b>Evandro Gustavo de Souza</b> .....	131
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

### **Seção de Direito Municipal**

O acesso à informação nos municípios do Estado do Amazonas: análise dos portais de transparência sob os parâmetros do artigo 48 da Lei nº 101/2000 e do artigo 8º da Lei nº 12.527/2011 <b>Flaviano Gomes de França, Rafael da Silva Menezes</b> .....	163
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

### **Seção de Tribunais de Contas, Controle Externo**

Os papéis dos entes federativos e dos Tribunais de Contas no cumprimento do Pacto Nacional pela Primeira Infância <b>André Luiz de Matos Gonçalves, Débora de Paula Brito Fogaça, Divino Humberto de Souza Lima, Evani Portugal de Sousa, Fáustone Bandeira Morais Bernardes, Lucas Lima de Castro Ferreira</b> ...	191
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

### **Seção de Direito da Regulação**

From nano-governance to nano-citizenship: comparative legislative analysis between Brazil and Argentina <b>Daniel Francisco Nagao Menezes, Ernani Contipelli</b> .....	219
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### Acórdãos na Íntegra

#### Supremo Tribunal Federal

ADI – Direito Previdenciário – Lei nº 10.887/2004 e Lei nº 11.784/2008 – Norma geral sobre previdência social – Autonomia financeira e administrativa dos Estados – Fixação de tempo e índice para o reajuste de benefícios no Regime Próprio de Previdência Social – Extravasamento de competência legislativa concorrente pela União – Vício formal caracterizado – Princípio da isonomia e garantia à revisão geral anual de vencimentos – Restrição da aplicabilidade do preceito aos servidores ativos e inativos e pensionistas da União. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.582/DF ..... 245

#### Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Concessionária de serviço público – Tarifa de esgoto – Serviço parcialmente prestado – Inexistência de serviço de tratamento de esgoto – Realização da coleta de dejetos – REsp nº 1.339.313/RJ – Possibilidade de cobrança da tarifa em seu valor integral. Agravo de Instrumento nº 1.308.764/RJ..... 259

#### Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Recurso Ordinário em Mandado de Segurança – Concurso público – Candidato aprovado dentro das vagas – Direito subjetivo à nomeação – Momento da convocação – Prerrogativa da Administração Pública – RE nº 598.099/MS – Preterição por contratação temporária – Falta de observância – RE nº 658.026/MG. Recurso em Mandado de Segurança nº 68.657/MG..... 265

#### Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Danos morais e materiais – Roubo com emprego de arma de fogo cometido na fila do pedágio – Responsabilidade civil da concessionária de rodovia – Inexistência – Excludente de ilicitude – Fato de terceiro – Rompimento do nexo de causalidade. Recurso Especial nº 1.872.260/SP ..... 271

#### Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Direito Tributário e Previdenciário – Imposto de Renda de Pessoa Física – Isenção – Proventos de aposentadoria de portador de doença grave – Artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713/1988 – Prévio requerimento administrativo – Aposentado em atividade compatível com a aposentadoria – Extensão da isenção à remuneração – Impossibilidade. Apelação Cível nº 1048001-18.2020.4.01.3400 ..... 279

#### Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Direito Previdenciário – Aposentadoria por tempo de contribuição – Devolução de valores recebidos indevidamente – Possibilidade – Necessidade de exame da boa-fé do beneficiário – Observância do marco temporal e das teses de modulação de efeitos fixadas em julgamentos de Recursos Especiais perante o Superior Tribunal de Justiça. Apelação/Remessa Necessária nº 0001620-77.2011.4.02.5106/RJ .... 283

EMENTÁRIO..... 295

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES..... 305